



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 397/2010

OBJETO

**CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE PARA MONITORAMENTO
PERMANENTE DO PROCESSO DE AFERIÇÃO DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA DO
COMPLEXO PENITENCIÁRIO PPP**

TIPO

TÉCNICA E PREÇO

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO

21/06/2011 ÀS 10:00 HORAS

BELO HORIZONTE

02 DE MAIO DE 2011.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO
Modalidade: CONCORRÊNCIA Nº. 397/2010
Tipo: TÉCNICA E PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público que está aberta LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, a ser julgada pelo critério TÉCNICA E PREÇO, para selecionar a proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO PERMANENTE DO PROCESSO DE AFERIÇÃO DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA – VERIFICADOR INDEPENDENTE, referente ao Sistema de Mensuração de Desempenho e da Disponibilidade constante do Contrato de Concessão Administrativa celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Defesa Social, e Gestores Prisionais Associados S/A – GPA, para a construção e gestão de um Complexo Penal localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme o que a seguir se especifica.

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e as PROPOSTAS (TÉCNICA E COMERCIAL) serão recebidas até o dia 20/06/2011, das 08h00min às 18h00min, no Setor de Protocolo Geral, no 1º andar do Prédio Minas da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, situado na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde, em Belo Horizonte – MG.

A abertura dos envelopes “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” ocorrerá no dia **21 de junho de 2011**, às 10:00 horas, na sala de reunião nº 06, no 5º andar do Prédio Minas, da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, MG, após o credenciamento dos representantes dos PROPONENTES, conforme dispõe a cláusula 8 deste EDITAL.

A data, o horário e o local para abertura dos envelopes “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA COMERCIAL” serão definidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e comunicados a todos os PROPONENTES, posteriormente à abertura do envelope “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, observadas as condições estabelecidas neste



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL.

O aviso sobre este EDITAL será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em outros jornais de grande circulação. Ressalva-se que todas as publicações posteriores, relativas ao presente certame, serão feitas somente no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

Os interessados em participar do certame deverão encaminhar à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO o seguinte recibo, cujas informações serão utilizadas para seu cadastramento e envio de respostas e informações:

RECIBO

A Empresa _____ retirou nesta data este EDITAL de LICITAÇÃO da CONCORRÊNCIA Nº 397/2010 e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail _____ ou pelo fone () _____ ou ainda pelo fax: () _____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

OBS.: Em caso de retirada do EDITAL pela internet, conforme item 3.1, o recibo deverá ser remetido à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO pelo e-mail: verificadorindependente@defesasocial.mg.gov.br para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

SUMÁRIO

1	DAS DEFINIÇÕES	5
2	DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL (anexos)	8
3	DA RETIRADA DO EDITAL	9
4	DO OBJETO DA LICITAÇÃO	9
5	DOS PRAZOS E DO VALOR DO CONTRATO	10
6	DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	10
7	DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS	11
8	DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO	13
9	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	14
10	DA PROPOSTA TÉCNICA	19
11	DA PROPOSTA COMERCIAL	20
12	DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO	21
13	DO CÁLCULO DA NOTA FINAL	26
14	DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	28
15	DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO	30
16	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	30
17	DA SUBCONTRATAÇÃO	31
18	DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	32
19	DAS PENALIDADES	32
20	DA FISCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS AO OBJETO DA LICITAÇÃO.	33
21	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	33



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

1 DAS DEFINIÇÕES

1.1 São adotadas, neste EDITAL, as definições transcritas neste item, compreendido os respectivos plurais e vice-versa, conforme o caso, sem prejuízo de definições inseridas em outros pontos deste instrumento ou de seus ANEXOS.

1.2 Salvo expressa disposição em sentido contrário contida nos ANEXOS a este EDITAL, termos em letra maiúscula e não definido de outra forma, terão os mesmos significados a eles atribuídos nesta cláusula. Os termos que designem gênero masculino também designam o gênero feminino e vice-versa.

- **ADJUDICATÁRIO:** PROPONENTE ao qual seja adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
- **ANEXOS:** os documentos que integram o presente EDITAL.
- **ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA:** documento que comprove e ateste o fornecimento de materiais ou os serviços prestados pela empresa interessada, emitido por pessoa jurídica, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa CONTRATADA.
- **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** conjunto de pessoas oficialmente designadas pela SEDS, por meio da Resolução nº 1.112, de 15 de outubro de 2010, para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
- **COMPLEXO PENAL:** sistema composto de UNIDADES PENAIS, cujas características referentes à obra, a infraestrutura e aos serviços encontram-se indicadas nas especificações técnicas constantes no Caderno de Encargos da Concessionária, ANEXO VII deste EDITAL.
- **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA:** delegação da construção e gestão do COMPLEXO PENAL à CONCESSIONÁRIA.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- **CONCESSIONÁRIA:** Sociedade de propósito específico, na forma de sociedade anônima, constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do objeto do contrato de Parceria Público-Privada, modalidade CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
- **CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL:** valor pecuniário, referente a cada mês desde a entrada em operação até o final do período de concessão, a ser efetivamente pago pela SEDS à CONCESSIONÁRIA, calculado com base na disponibilidade e ocupação das vagas das UNIDADES PENASIS.
- **CONTRATO:** instrumento jurídico firmado entre as PARTES, visando a regular os termos da contratação objeto do EDITAL.
- **CONTRATADA:** empresa vencedora da presente LICITAÇÃO, que executará os serviços descritos no ANEXO I deste EDITAL.
- **DOCUMENTOS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:** conjunto de documentos exigidos do PROPONENTE para fins de habilitação, nos termos do EDITAL.
- **EDITAL:** instrumento convocatório contendo o conjunto de instruções, regras e condições que orientam o procedimento administrativo de seleção de empresa apta a atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE, ente previsto no contrato de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
- **ENVELOPE Nº 01:** invólucro contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- **ENVELOPE Nº 02:** invólucro contendo a PROPOSTA TÉCNICA.
- **ENVELOPE Nº 03:** invólucro contendo a PROPOSTA COMERCIAL.
- **GRUPO DE ASSESSORAMENTO:** Equipe constituída pela Resolução nº 1.112 de 15 de outubro de 2010 para elaborar pareceres, a partir de consultas da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, que servirão como subsídio para as decisões a serem emitidas durante o processo licitatório.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- **LICITAÇÃO:** procedimento público para selecionar, entre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse da Administração Pública, com base nos critérios previstos no EDITAL.
- **METODOLOGIA DE EXECUÇÃO:** refere-se ao conjunto de métodos, procedimentos e técnicas a serem elaborados e implementados para a execução dos serviços descritos no ANEXO I – Termo de Referência deste EDITAL.
- **NOTA TÉCNICA:** nota alcançada pelos PROPONENTES, tendo em vista os critérios e requisitos constantes na PROPOSTA TÉCNICA.
- **NOTA COMERCIAL:** nota alcançada pelos PROPONENTES, tendo em vista os critérios e requisitos constantes na PROPOSTA COMERCIAL.
- **PARTES:** SEDS (Contratante) e VERIFICADOR INDEPENDENTE (Contratada).
- **PROPONENTE:** pessoa jurídica que concorre à LICITAÇÃO.
- **PROPOSTA TÉCNICA:** documento que contem todos os aspectos técnicos que envolvem a execução do escopo deste projeto, conforme o ANEXO III deste EDITAL.
- **PROPOSTA COMERCIAL:** documento que contem todos os aspectos comerciais e financeiros referentes à execução do escopo deste projeto, conforme condições descritas no ANEXO IV deste EDITAL.
- **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE:** conjunto dos medidores (sub-indicadores, indicadores, sub-notas, notas, sub-índices, índices, parâmetros, sub-totalizadores, totalizadores, super-totalizadores etc.) utilizados para a mensuração da disponibilidade e do desempenho operacional da CONCESSIONÁRIA, com a definição do padrão aceitável e das cominações para o caso de não conformidade na execução do contrato, visando a servir como base de cálculo para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL por UNIDADE PENAL.
- **SEDS:** Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- **UNIDADES PENAIS:** elementos que compõem o COMPLEXO PENAL, estanques e autônomos, destinados à execução da pena e à realização dos serviços auxiliares descritos no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, ANEXO VII deste EDITAL.
- **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:** valor estimado da soma dos valores individuais dos produtos constantes no Quadro de Produtos e Preços Unitários do Termo de Referência, ANEXO I deste EDITAL.
- **VALOR PROPOSTO:** valor apresentado pelo PROPONENTE em sua PROPOSTA COMERCIAL referente à execução dos serviços objeto desta LICITAÇÃO.
- **VERIFICADOR INDEPENDENTE:** entidade a ser contratada pela SEDS para o monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA, observados o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE DA DISPONIBILIDADE e o MECANISMO DE PAGAMENTO, anexos a este EDITAL.

2 DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL (ANEXOS)

2.1 São ANEXOS deste EDITAL, sendo, portanto, parte integrante:

- I. **ANEXO I** – Termo de referência – Descrição dos serviços que deverão ser prestados pela empresa a ser contratada;
- II. **ANEXO II** – Modelos das declarações e dos Termos dos compromissos previstos no EDITAL;
- III. **ANEXO III** – Diretrizes para elaboração da PROPOSTA TÉCNICA;
- IV. **ANEXO IV** – Diretrizes para elaboração da PROPOSTA COMERCIAL;
- V. **ANEXO V** – Minuta de CONTRATO;
- VI. **ANEXO VI** – Contrato de Concessão Administrativa 336039.54.1338.09, para a construção e gestão de complexo penal na região metropolitana de Belo Horizonte;
- VII. **ANEXO VII** – Caderno de Encargos da Concessionária – Anexo IX do Contrato de Concessão Administrativa;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- VIII. **ANEXO VIII** – Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade – Anexo X do Contrato de Concessão Administrativa;
- IX. **ANEXO IX** – Mecanismo de Pagamento – Anexo XI do Contrato de Concessão Administrativa; e
- X. **ANEXO X** – Termo de Confidencialidade.

3 DA RETIRADA DO EDITAL

- 3.1 O EDITAL poderá ser retirado nos seguintes sítios da rede mundial de computadores: www.defesasocial.mg.gov.br e www.compras.mg.gov.br ou na COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO da Secretaria de Estado de Defesa Social, situada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, Prédio Minas, 5º andar, em Belo Horizonte – MG, a partir do dia **02/05/2011**, de segunda a sexta feira, no horário de 09h00min às 17h00min, por meio de CD-ROM, ao custo de R\$5,00 (cinco reais).
- 3.2 Ao retirar o EDITAL, o PROPONENTE certificar-se-á de que recebeu toda a documentação disponibilizada nos sítios eletrônicos citados acima, referente à Concorrência Pública n.º 397/2010, sendo-lhe vedada qualquer alegação posterior de insuficiência de documentos.

4 DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 4.1 O objeto da presente LICITAÇÃO consiste na seleção de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária – VERIFICADOR INDEPENDENTE, referente ao Sistema de Mensuração de Desempenho e da Disponibilidade, constante do contrato de Concessão Administrativa celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Defesa Social, e Gestores Prisionais Associados S/A – GPA, para a construção e gestão de um COMPLEXO PENAL localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na forma da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste EDITAL.
- 4.1.1 O objeto deste CONTRATO não consiste na delegação da fiscalização do cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das cláusulas do Contrato de Concessão Administrativa 336039.54.1338.09 e de seu ANEXO VII – Caderno de Encargos da Concessionária, sendo essa atividade competência exclusiva do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 4.2 As diretrizes, especificações e as atividades concernentes à prestação dos serviços encontram-se descritas no ANEXO I do presente EDITAL.

5 DOS PRAZOS E DO VALOR DO CONTRATO

- 5.1 O prazo de vigência do CONTRATO de prestação de serviços de que trata o presente EDITAL será de 3 (três) anos, a contar da data de sua assinatura, nos termos da Minuta de Contrato, constante do ANEXO V deste EDITAL.

- 5.1.1 O prazo de vigência do CONTRATO poderá ser prorrogado, observado o limite legal.

- 5.2 O valor estimado do CONTRATO é de R\$8.776.416,00 (oito milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais).

- 5.3 Os recursos orçamentários destinados ao pagamento das despesas decorrentes desta LICITAÇÃO correrão por conta do crédito orçamentário 1451.06.421.020.1.325.0001.336039.54.10.1.1, para o corrente exercício financeiro. Nos exercícios subsequentes, durante a vigência do contrato, as despesas correrão à conta dos créditos próprios consignados à mesma dotação ou a que vier a substituí-la.

6 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação quaisquer pessoas jurídicas interessadas que comprovarem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste EDITAL.

- 6.2 Não será permitida a participação em consórcio.

- 6.3 Não poderão participar desta LICITAÇÃO, além dos casos vedados expressamente na Lei Federal nº 8.666/93, as empresas:

- I. Que estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, III e IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, da Lei Estadual nº 13.994, de 2001 e do Decreto Estadual nº 44.431, de 2006;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- II. Que estejam em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cuja falência haja sido decretada por sentença judicial;
- III. Cujos representantes legais, dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais tenham ocupado cargo ou função pública da Secretaria de Estado de Defesa Social ou de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Governo do Estado de Minas Gerais, há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste EDITAL;
- IV. Cujos representantes legais, dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam ou tenham sido nos últimos doze meses, empregados, contratados ou consultores da CONCESSIONÁRIA Gestores Prisionais Associados S/A – GPA ou da Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS.

6.4 Cada empresa ou instituição, inclusive suas filiais ou empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, só poderá apresentar uma oferta.

6.4.1 Entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico as empresas que tenham diretores, acionistas (com mais de 5% de participação) ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem e empresas sujeitas a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativas.

6.5 É vedado a qualquer pessoa física representar mais de um PROPONENTE.

6.6 O PROPONENTE arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

7 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS

7.1 A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA COMERCIAL referentes à presente LICITAÇÃO deverão ser protocolizados no Setor de Protocolo Geral, até o dia 20/06/2011, das 08h00min às 18h00min, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Prédio Minas, 1º andar, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n – Serra Verde, Belo Horizonte – MG, em envelopes separados, lacrados, rubricados e identificados da seguinte forma em sua parte externa e frontal:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 397/2010
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 397/2010
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 397/2010
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

- 7.1.1 Não serão aceitos documentos enviados por via postal, Internet ou fax.
- 7.1.2 Para certidões entregues sem data de validade expressa, será considerado um prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão, salvo se outra validade for estabelecida em lei ou em casos específicos citados ao longo deste EDITAL e seus ANEXOS.
- 7.1.3 Toda a documentação deverá ser encadernada, rubricada e numerada sequencialmente e, ainda, conter, no início, um sumário das matérias com as páginas correspondentes.
- 7.1.4 As informações, bem como toda a correspondência e documentos relativos à LICITAÇÃO, deverão ser redigidos em português, idioma oficial desta LICITAÇÃO, sendo toda a documentação compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

8 DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

- 8.1 Para o credenciamento, o PROPONENTE deverá apresentar uma carta ou um documento indicando um representante, com firma reconhecida do outorgante, que terá competência para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, manifestar-se nas reuniões públicas, assinar em atas e demais documentos, e responder para todos os efeitos, no momento ou *a posteriori*, por sua representada, observando-se o conteúdo disposto no modelo nº 5 do ANEXO II.
- 8.1.1 O instrumento que comprovará a representatividade do PROPONENTE será:
- 8.1.1.1 Para procurador – além da carta de credenciamento indicada no item 8.1, deverá ser apresentado documento comprobatório dos poderes de quem subscreve a carta; e
- 8.1.1.2 Para sócio, proprietário, dirigente ou assemblado – além da carta de credenciamento indicada no item 8.1, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com a(s) alteração(ões) que comprove(m) sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para manifestar pela Empresa, dar declarações, receber intimação, interpor e renunciar a recurso, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do PROPONENTE. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.
- 8.1.2 A apresentação dos documentos de que trata a cláusula 8.1.1 não exclui a necessidade prevista na cláusula 9.4.1.
- 8.1.3 O representante deverá estar munido de documento hábil de identificação.
- 8.1.4 A ausência do credenciamento não constituirá motivo para a inabilitação ou desclassificação do PROPONENTE, mas impedirá o seu respectivo representante de se manifestar, bem como de praticar qualquer outro ato inerente a esta LICITAÇÃO.
- 8.1.5 As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal dos PROPONENTE somente poderão participar da sessão como ouvintes, não podendo consignar em ata suas observações, rubricar documentos, nem praticar os demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 8.1.6 A qualquer momento durante o processo licitatório, o interessado poderá substituir seu representante, desde que devidamente credenciado.
- 8.1.7 Não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de um PROPONENTE, sendo que será admitido apenas 1 (um) representante e 1 (um) suplente para cada empresa PROPONENTE.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Na fase de habilitação, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará a pertinência, segundo as exigências a seguir descritas e demais deste EDITAL, quanto à documentação contida no ENVELOPE Nº 01.
- 9.2 A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor da Administração competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 9.3 O ENVELOPE Nº 01 deverá conter os documentos relativos à habilitação jurídica (9.4), à regularidade fiscal (9.5), à qualificação técnica (9.6), à qualificação econômico-financeira (9.7) e as declarações (9.8).

9.4 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 9.4.1 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá exclusivamente em:
- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
 - III. No caso de sociedades simples, arquivo do ato constitutivo no registro competente, acompanhado de prova de diretoria em exercício e eventual indicação de administradores;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5 DA REGULARIDADE FISCAL

9.5.1 A regularidade fiscal será comprovada pela:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do PROPONENTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do PROPONENTE, ou outra equivalente, na forma da lei; e
- IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

- 9.5.2 Os documentos dispostos nos incisos I a IV do subitem anterior poderão ser apresentados por meio de documento original, ou documentos emitidos pela Internet, de acordo com a legislação aplicável, desde que haja sistema que permita a conferência de autenticidade por parte da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

9.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.6.1 A qualificação técnica dos PROPONENTES será comprovada por meio de:

- 9.6.1.1 Prova de registro ou inscrição da PROPONENTE e dos seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Representação Profissional.
- 9.6.1.2 Atestado de capacitação técnica para comprovação de experiência anterior em 01 (um) projeto de serviços compatíveis com o OBJETO DESTA LICITAÇÃO, no que se refere a:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- a. definição e implantação de estrutura de gestão de, no mínimo, 10 (dez) indicadores de desempenho; **ou**
- b. definição e implantação de estrutura de gerenciamento de, no mínimo, 10 (dez) indicadores de desempenho; **ou**
- c. definição e implantação de estrutura de monitoramento de, no mínimo, 10 (dez) indicadores de desempenho;

9.6.1.3 Atestado de capacitação técnica para comprovação de experiência anterior em serviços compatíveis com o OBJETO DESTA LICITAÇÃO, no que se refere à fiscalização ou verificação, envolvendo medição de indicadores de desempenho, em serviços prestados em uma área mínima de 30.000 metros quadrados.

9.6.1.3.1 Para fins de comprovação da capacitação técnica a que se refere o item anterior, não serão aceitos somatórios de atestados.

9.6.1.4 Atestado de capacitação técnica para comprovação de experiência anterior em 01 (um) projeto de serviços compatíveis com o OBJETO DESTA LICITAÇÃO, no que se refere a desenho de, no mínimo, 05 (cinco) processos, abrangendo 02 (dois) ou mais dos quesitos a seguir:

- a. diagnóstico e análise de processos;
- b. Modelagem e desenho de processos;
- c. Implantação de novos processos.

9.6.1.4.1 Os atestados de capacitação técnica a que se refere os itens 9.6.1.2 a 9.6.1.4 acima deverão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do PROPONENTE, assinado pelo representante legal ou por funcionário do atestante responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, devendo conter:

- a razão social e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);
- descrição dos serviços prestados;
- período de vigência das respectivas contratações;
- afirmação de que o PROPONENTE prestou serviços com qualidade no(s) domínio(s) mencionado(s) acima;
- local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 9.6.1.5 Declaração emitida pelo PROPONENTE, contendo a indicação de 1 (um) responsável técnico que atuará como Gerente de Projeto durante a execução do CONTRATO, observando-se o conteúdo disposto no modelo nº 3 do ANEXO II deste EDITAL, devendo ter firma reconhecida da assinatura do representante legal.
- 9.6.1.6 Declaração emitida pelo PROPONENTE, contendo a indicação dos profissionais que irão compor a EQUIPE DE PROJETO, inclusive o Gerente de Projeto citado no item anterior, observando-se o conteúdo disposto no modelo nº 1 do ANEXO II deste EDITAL,

9.7 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.7.1 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

- I. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- II. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa;
 - II.1. Seguindo o mesmo critério da SEPLAG, a Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial/Extrajudicial que não tenha prazo de validade consignado será aceita se tiver sido emitida em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de realização desta LICITAÇÃO.
- III. Comprovação de Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Em que:

ILG: Índice de Liquidez Geral

AC: Ativo Circulante, excluídos os títulos descontados e provisão para devedores duvidosos

RLP: Realizável a Longo Prazo

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

- IV. Comprovação de Índice de Solvência Geral igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Em que:

ISG: Índice de Solvência Geral

AT: Ativo Total

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

- V. Comprovação de Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Em que:

ILC: Índice de Liquidez Corrente

AC: Ativo Circulante

PC: Passivo Circulante

- VI. Comprovação de patrimônio líquido ou de capital social no valor de 10% do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 9.7.2 Somente serão consideradas habilitadas as empresas que obtiverem, nos índices constantes nos incisos III, IV e V do item 9.7.1, resultados maiores do que 1,00 (um), ou, alternativamente, cumprirem o estabelecido no inciso VI do mesmo item.
- 9.7.3 No caso de sociedades limitadas, o Balanço Patrimonial deverá ser apresentado por cópia autenticada, constando os números das páginas transcritas no Livro Diário.
- 9.7.4 No caso das Sociedades Anônimas, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar acompanhados da publicação em órgão oficial da imprensa, conforme exigido em lei.
- 9.8 DAS DECLARAÇÕES
- 9.8.1 O PROPONENTE deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação:
- I. Declaração de inexistência de empregados menores, observando-se o conteúdo disposto no modelo nº 4 do ANEXO II deste EDITAL; e
 - II. Declaração de inexistência de impedimento, observando-se o conteúdo disposto no modelo nº 2 do ANEXO II deste EDITAL.
- 9.8.1.1 As declarações a que se refere este item, deverão ter reconhecimento de firma da assinatura do representante legal.

10 DA PROPOSTA TÉCNICA

- 10.1 No ENVELOPE Nº 2, o PROPONENTE deverá apresentar a sua PROPOSTA TÉCNICA, sendo admitida apenas uma por PROPONENTE.
- 10.2 A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentada em 1 (uma) via, em papel com identificação clara do PROPONENTE, digitada com clareza, datada, assinada, sem rasuras, borrões, emendas, acréscimos, entrelinhas ou ressalvas e com todas as folhas devidamente numeradas, carimbadas e rubricadas pelo representante legal do PROPONENTE ou procurador especialmente constituído, tendo firma reconhecida da assinatura do emitente.
- 10.3 A PROPOSTA TÉCNICA deverá indicar claramente o nome do PROPONENTE, endereço, CEP, telefone, correio eletrônico e fax.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 10.4 Será de 120 (cento e vinte) dias o prazo de validade da PROPOSTA TÉCNICA, a contar de sua apresentação.
- 10.5 Será desclassificada a PROPOSTA TÉCNICA que:
- I. Apresente-se em desacordo à forma exigida neste EDITAL;
 - II. Contenha, explícita ou implicitamente, qualquer contradição com o disposto neste EDITAL ou quaisquer imposições ou condições aqui não previstas;
 - III. Que desrespeite as qualificações e quantidades mínimas exigidas neste EDITAL, no ANEXO I – Termo de Referência e no ANEXO III – Diretrizes para elaboração da Proposta Técnica; ou
 - IV. Apresente qualquer menção quanto aos valores contidos na PROPOSTA COMERCIAL.
- 10.6 O detalhamento dos requisitos da PROPOSTA TÉCNICA, os documentos a serem apresentados pelo PROPONENTE, os critérios de sua pontuação e as demais informações necessárias para sua elaboração constam do ANEXO III do presente EDITAL.

11 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 11.1 Cada PROPONENTE deverá apresentar apenas uma PROPOSTA COMERCIAL, devendo ser observado o ANEXO IV deste EDITAL.
- 11.2 A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser apresentada em 1 (uma) via, em papel com identificação clara do PROPONENTE, datilografada ou digitada com clareza, datada, assinada, sem rasuras, borrões, emendas, acréscimos, entrelinhas ou ressalvas e com todas as folhas devidamente numeradas, carimbadas e rubricadas pelo representante legal do PROPONENTE ou procurador especialmente constituído, tendo firma reconhecida da assinatura do emitente, e deverá conter o Quadro de Quantidades e Preços Unitários, em conformidade com o item 09 do ANEXO I – Termo de Referência, observando-se o conteúdo disposto no modelo nº 6 do ANEXO II.
- 11.3 A PROPOSTA COMERCIAL deverá indicar claramente o nome do PROPONENTE, endereço, CEP, telefone, correio eletrônico e fax.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 11.4 Será de 120 (cento e vinte) dias o prazo de validade da PROPOSTA COMERCIAL, a contar de sua apresentação.
- 11.5 Serão desclassificadas a(s) PROPOSTA(S) COMERCIAL(IS):
- I. Que não atenderem às exigências deste EDITAL, em especial de seu ANEXO IV;
 - II. Cujos valores global e unitários ultrapassem os limites estabelecidos no ANEXO I deste EDITAL;
 - III. Que contiverem rasura, borrão, entrelinha, linguagem ou contradição que dificulte a exata compreensão do enunciado;
 - IV. Que contiverem emendas, ressalvas ou omissões;
 - V. Que sejam incertas ou vinculem-se a condição futura ou incerta;
 - VI. Que sejam comprovadamente inviáveis, inexequíveis ou incompatíveis com os objetivos da LICITAÇÃO;
 - VII. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
 - VIII. Que não estiverem totalmente expressas em reais (R\$);
 - IX. Que não estiverem redigidas em português;
 - X. Que não considerarem todos os tributos incidentes sobre o OBJETO DA LICITAÇÃO, na forma da legislação vigente;
 - XI. Que, para sua viabilização, necessitem de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os PROPONENTES.
- 11.6 Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste EDITAL, nem com valores ou vantagens baseados nas ofertas dos demais PROPONENTES.

12 DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

- 12.1 No dia **21/06/2011**, às 10h00min, na sala 06, 5º andar – Prédio Minas, do endereço indicado no preâmbulo deste EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em sessão pública, proclamará o recebimento dos envelopes de cada PROPONENTE, que tenham sido protocolados nos termos do item 7 do EDITAL.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 12.2 Em seguida será realizado o credenciamento de que trata o item 8 do EDITAL.
- 12.3 Serão, então, rubricados, ainda fechados, os demais envelopes de cada PROPONENTE, por todos os membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes dos PROPONENTES presentes, que assim desejarem.
- 12.4 Após, serão abertos os ENVELOPES DE Nº 01, contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO dos PROPONENTES.
- 12.5 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO apreciará os documentos dos ENVELOPES Nº 01 apresentados, habilitando ou inabilitando os PROPONENTES em função do atendimento das condições previstas neste EDITAL.
- 12.5.1 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final desta Concorrência.
- 12.5.2 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de PROPONENTE que tenha entregado os envelopes em data, horário ou local diferente dos designados no item 7.1 deste EDITAL, a não ser como ouvinte.
- 12.5.3 Será inabilitado o PROPONENTE que: não demonstrar habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal ou qualificação técnica mínima exigida, bem como não apresentar as declarações previstas neste EDITAL.
- 12.5.4 Abertos os envelopes que contém os documentos relativos à habilitação, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a seu critério, poderá ou não suspender a sessão para análise da documentação, devendo o resultado ser oportunamente divulgado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais com observância do art. 109, I, "a" da Lei Federal nº 8.666, de 1993.
- 12.5.5 Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para a abertura dos envelopes de PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 12.6 Concluídos os prazos relativos ao direito de petição contra a habilitação e julgados os recursos, se for o caso, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO fixará a data de abertura do envelope contendo a PROPOSTA TÉCNICA e convocará os PROPONENTES para a sessão pública, podendo para tanto utilizar os meios de comunicação disponíveis, tais como fax ou e-mail, e publicará a convocação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 12.6.1 Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 12.6.2 Ultrapassada a fase de habilitação dos PROPONENTES e abertos os envelopes contendo as propostas técnicas, não se admitirá a sua desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.
- 12.7 A abertura do ENVELOPE Nº 02 contendo a PROPOSTA TÉCNICA condiciona-se à observância e à conclusão das etapas caracterizadas a seguir:
- 12.7.1 Abertura de vistas franqueada aos autos do processo, que se dará durante a sessão pública de declaração de habilitação e o transcurso do prazo recursal, desde que requerida, no último caso, por meio de documento escrito, dirigido ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO; ou,
- 12.7.2 Observância do prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado da habilitação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou,
- 12.7.3 Decisão dos recursos interpostos, se for o caso, observados os prazos de impugnação e decisão de que tratam os parágrafos 3º e 4º do Art. 109 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
- 12.8 Com base nos critérios previstos neste EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará, pontuará e julgará a(s) PROPOSTA(S) TÉCNICA(S).
- 12.9 Não será aceita a PROPOSTA TÉCNICA que, no seu conjunto, ou em qualquer de seus componentes, segundo os critérios definidos e devidamente avaliados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, não atender ao disposto neste EDITAL ou em seus ANEXOS.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 12.10 Encerrado o exame da(s) PROPOSTA(S) TÉCNICA(S), a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO elaborará o Relatório de Julgamento contendo, para cada PROPONENTE habilitado, a classificação das PROPOSTAS TÉCNICAS de acordo com a NOTA TÉCNICA (NT), em conformidade com o previsto neste EDITAL, divulgando o respectivo resultado na mesma sessão, ou em outra que designar, ou ainda mediante publicação do resultado dessa fase no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, explicitando as razões que fundamentaram e motivaram essas decisões, bem como as respectivas notas dos PROPONENTES.
- 12.11 Concluídos os prazos relativos ao direito de petição contra a PROPOSTA TÉCNICA e julgados os recursos, se for o caso, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO fixará a data de abertura do ENVELOPE Nº 03 contendo a PROPOSTA COMERCIAL e convocará os PROPONENTES para a sessão pública, podendo para tanto utilizar os meios de comunicação disponíveis, tais como fax ou e-mail, e publicará a convocação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 12.11.1 Ultrapassada a fase de PROPOSTA TÉCNICA dos PROPONENTES e abertos os envelopes contendo as PROPOSTA COMERCIAIS, não se admitirá a sua desclassificação por motivo relacionado com a PROPOSTA TÉCNICA, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.
- 12.12 A abertura do envelope contendo a PROPOSTA COMERCIAL condiciona-se à observância e à conclusão das etapas caracterizadas a seguir:
- 12.12.1 Abertura de vistas franqueada aos autos do processo, que se dará durante a sessão pública de declaração de PROPOSTA TÉCNICA e o transcurso do prazo recursal, desde que requerida, no último caso, por meio de documento escrito, dirigido ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO; ou,
- 12.12.2 Observância do prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado da PROPOSTA TÉCNICA no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou,
- 12.12.3 Decisão dos recursos interpostos, se for o caso, observados os prazos de impugnação e decisão de que tratam os parágrafos 3º e 4º do Art. 109 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
- 12.13 Com base nos critérios previstos neste EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará, pontuará e julgará a(s) PROPOSTA(S) COMERCIAL(AIS).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 12.14 Não será aceita a PROPOSTA COMERCIAL que, no seu conjunto, ou em qualquer de seus componentes, segundo os critérios definidos e devidamente avaliados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, não atender ao disposto neste EDITAL ou em seus ANEXOS.
- 12.15 Com base nos critérios propostos neste EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará as PROPOSTAS COMERCIAIS apresentadas.
- 12.16 Encerrado o exame da(s) PROPOSTA(S) COMERCIAL(IS), a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO elaborará o Relatório de Julgamento contendo, para cada PROPONENTE, a classificação da(s) PROPOSTA(S) COMERCIAL(IS) de acordo com a NOTA COMERCIAL (NC), e a classificação final após a ponderação da NOTA TÉCNICA (NT) com a NOTA COMERCIAL (NC), gerando, assim, a Nota Final (NF), de acordo com os critérios previstos neste EDITAL, em especial no item 13 deste EDITAL.
- 12.17 Será declarado vencedor o PROPONENTE que atingir a maior Nota Final (NF).
- 12.18 Em caso de empate entre as PROPONENTES, a presente LICITAÇÃO será definida pela maior pontuação total técnica. Caso persista o empate, a LICITAÇÃO será definida por sorteio.
- 12.18.1 O sorteio será realizado em sessão pública, da qual será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos PROPONENTES presentes.
- 12.19 Julgados os recursos por ventura existentes, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO divulgará o nome do PROPONENTE vencedor mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 12.20 A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas serão realizadas sempre em ato público previamente designado, no qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes dos PROPONENTES, que assim desejarem.
- 12.21 Caberá recurso administrativo, conforme item 14 deste EDITAL, contra todo e qualquer ato decisório da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 12.22 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, a qualquer tempo, solicitar outros esclarecimentos e comprovação dos documentos apresentados nos envelopes relativos à HABILITAÇÃO e às PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL, bem como realizar visitas às instalações dos PROPONENTES e aos locais em que foram executados os serviços apresentados em seus atestados de capacitação técnica.

13 DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

- 13.1 O critério de julgamento da presente LICITAÇÃO é o previsto no inciso III, do art. 45 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, qual seja, técnica e preço.
- 13.2 A NOTA TÉCNICA é a somatória das notas PT1B e PT2B, multiplicada por “100” e dividida por “80” (total de pontos possíveis):

$$NT = \frac{100 \times (PT1B + PT2B)}{80}$$

Em que:

- NT é a Nota Técnica do PROPONENTE.
- PT1B é a Nota Técnica obtida no Plano Técnico 1B – Requisitos Classificatórios.
- PT2B é a Nota Técnica obtida no Plano Técnico 2B – Requisitos Classificatórios.

- 13.2.1 O detalhamento e o significado das expressões referentes ao cálculo da NOTA TÉCNICA são apresentados no ANEXO III deste EDITAL.

- 13.3 A NOTA COMERCIAL (NC) será dada da seguinte forma:

- I. 100 pontos para o PROPONENTE que ofertou o menor preço; e
- II. Para os demais PROPONENTES, será utilizado o seguinte cálculo para obtenção da pontuação da NOTA COMERCIAL (NC):



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

$$NC = ((\text{Menor Preço Ofertado}) / (\text{Preço ofertado pelo PROPONENTE})) \times 100$$

Em que:

NC = NOTA COMERCIAL

13.4 Para análise e julgamento das propostas, o mérito técnico terá peso de 70% (setenta por cento) e o preço terá peso equivalente a 30% (trinta por cento) na nota total atribuída aos participantes.

13.4.1 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO fará, então, o cálculo da Nota Final (NF) ponderada dos PROPONENTES, observando-se a seguinte fórmula:

$$NF = (0,7 \times NT) + (0,3 \times NC)$$

Em que:

- NF é a Nota Final do PROPONENTE.
- NT é a NOTA TÉCNICA do PROPONENTE.
- NC é a NOTA COMERCIAL do PROPONENTE.

13.4.2 Aplicada a fórmula de que trata o item 13.4.1 acima, serão classificadas as Notas Finais (NF) em ordem decrescentes, sendo declarado vencedor o PROPONENTE com a maior Nota Final (NF).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

14 DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1 A impugnação relativa aos termos do EDITAL, quanto a possíveis falhas ou irregularidades, poderá ser feita por qualquer cidadão até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- 14.1.1 Se feita por PROPONENTE, a impugnação poderá ser protocolada até 2 (dois) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.
- 14.1.2 As impugnações deverão ser endereçadas ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO / Concorrência nº 397/2010 e deverão ser protocolizadas no setor de Protocolo da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, no 1º andar do prédio Minas, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte – MG.
- 14.2 Será facultado aos PROPONENTES, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666, de 1993:
- 14.2.1 Interposição de recurso administrativo, para o Secretário de Estado de Defesa Social, por intermédio da Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, nos seguintes casos e na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações:
- I. Habilitação ou inabilitação de PROPONENTE;
 - II. Qualificação ou desqualificação de PROPONENTE;
 - III. Julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS e COMERCIAIS; ou
 - IV. Anulação ou revogação da LICITAÇÃO.
- 14.2.2 Representação, para o Secretário de Estado Defesa Social, por intermédio do Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o OBJETO DA LICITAÇÃO ou do CONTRATO, de que não caiba recurso administrativo hierárquico.
- 14.3 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, ou fazê-lo subir à Autoridade Superior, devidamente informado, para deferimento ou indeferimento, dentro do prazo citado.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 14.4 A interposição de recurso ou representação será comunicada aos demais PROPONENTES, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.
- 14.5 Os recursos e/ou representações deverão observar os seguintes requisitos:
- I. Serem devidamente fundamentados;
 - II. Serem assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;
 - III. Serem protocolados junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO; e
 - IV. Não apresentarem documentos ou informações que já deveriam ter acompanhado a documentação de habilitação, as PROPOSTAS TÉCNICAS ou as PROPOSTAS COMERCIAIS.
- 14.6 Os recursos ou representações interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.
- 14.7 Terão efeito suspensivo obrigatório apenas os recursos quanto à habilitação ou inabilitação do PROPONENTE e julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS ou COMERCIAIS. Os demais não terão efeito suspensivo, salvo se, motivadamente e por razões de interesse público, o Secretário de Estado de Defesa Social assim determinar.
- 14.8 Os recursos interpostos com objetivos protelatórios ou outros que não sejam pertinentes ao direito dos PROPONENTES e ao interesse público serão considerados como atos de perturbação ao processo licitatório, sendo, neste caso, objeto de representação por parte da SEDS ao Ministério Público, instrumentalizando-o para oferecimento de denúncia ao Poder Judiciário, por infração ao art. 93 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.9 Os prazos de recurso serão contados após a publicação da decisão no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 14.10 Os PROPONENTES poderão desistir do direito de recorrer antes do decurso de prazo, por meio de comunicação expressa à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou de mero registro nas atas de reunião da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na forma do inciso III, do art. 43, da Lei nº 8.666, de 1993.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

15 DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 15.1 Julgadas e classificadas as propostas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, incumbirá à Secretaria de Estado de Defesa Social:
- I. Revogar a LICITAÇÃO se for o caso, em função do interesse público, justificadamente; ou
 - II. Anular a LICITAÇÃO se for o caso, por vício comprometedor da legalidade do certame; ou determinar a emenda de irregularidade sanável, se houver, no processo licitatório; ou
 - III. Homologar o resultado da LICITAÇÃO; e
 - IV. Adjudicar o OBJETO DA LICITAÇÃO, declarando por ato formal o seu vencedor.
- 15.2 Adjudicado o OBJETO DA LICITAÇÃO, o ADJUDICATÁRIO será convocado para assinar o CONTRATO, em até 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma única vez por período adicional de até 30 (trinta) dias a critério da SEDS.
- 15.2.1 A SEDS, em face do não comparecimento do ADJUDICATÁRIO no prazo estipulado, poderá convocar os PROPONENTES remanescentes, na ordem de classificação da Nota Final obtida, para assumir o contrato em igual prazo e nas mesmas condições da proposta vencedora.
- 15.3 Após a assinatura do CONTRATO, o CONTRATADO deverá observar as diretrizes estabelecidas no ANEXO V deste EDITAL.

16 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 16.1 Como garantia do fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações previstas no CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá apresentar, anteriormente à celebração do CONTRATO, garantia de execução no valor equivalente a 1,0% (um por cento) do VALOR DO CONTRATO.
- 16.2 A garantia de fiel cumprimento das obrigações poderá ser apresentada em qualquer das seguintes formas:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. Seguro-garantia; ou
- III. Fiança bancária.

17 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1 Poderá ser permitida a subcontratação de parte do serviço a profissional autônomo, empresário individual civil ou comercial, ou sociedade simples ou empresária, para o atendimento de necessidade específica não referente ao escopo principal do objeto, durante a realização dos trabalhos, desde que:
- I. Sua experiência e notória especialização sejam comprovadas na classe de serviço subcontratada, e
 - II. A escolha a respeito da subcontratação seja validada pela SEDS.
- 17.2 Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o Estado de Minas Gerais e a(s) subcontratada(s), permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato;
- 17.3 A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da SEDS acerca da subcontratação a ser realizada, bem como qualquer substituição de subcontratada(s), no curso da vigência do Contrato;
- 17.4 A CONTRATADA deverá diligenciar a escolha de subcontratada(s) que viabilize(m) o cumprimento das exigências estipuladas no Contrato e respectivos ANEXOS, devendo substituir imediatamente a(s) subcontratada(s) que, de qualquer forma, impeça(m), dificulte(m) ou prejudique(m) a prestação dos serviços;
- 17.5 A CONTRATADA se obriga a inserir, no(s) contrato(s) de prestação de serviços que vier a celebrar com sua(s) eventual(is) subcontratada(s), cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do serviço subcontratado;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 17.6 A CONTRATADA se obriga a exigir de cada subcontratada a assinatura de uma via do Termo de Confidencialidade constante no ANEXO X do Edital, devendo encaminhá-los à SEDS;

18 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 18.1 A remuneração pelos serviços relativos ao OBJETO DA LICITAÇÃO dar-se-á pelo pagamento de valores unitários, conforme o item 9 do ANEXO I deste EDITAL, apresentado pela CONTRATADA na PROPOSTA COMERCIAL .

19 DAS PENALIDADES

- 19.1 Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou de regra prevista neste EDITAL, notadamente:

- I. Impedir, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem;
- II. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- III. Afastar PROPONENTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- IV. Desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
- V. Apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório; ou
- VI. Recusar-se a assinar o CONTRATO.

- 19.2 Ao PROPONENTE que incorrer nas faltas previstas neste EDITAL, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil ou penal:

- I. Advertência;
- II. Multa;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- III. Suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 2 (dois) anos; e
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante à SEDS.

19.3 Aplica-se ao PROPONENTE infrator, no que couber, o disposto na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, e seu regulamento.

19.4 Para a aplicação das penalidades aqui estipuladas será observado o contraditório e a ampla defesa, observadas as determinações constantes na Resolução SEDS nº 938/08 de 10 de dezembro de 2008.

20 DA FISCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS AO OBJETO DA LICITAÇÃO.

20.1 A fiscalização da execução dos serviços relativos ao OBJETO DA LICITAÇÃO será realizada pela SEDS, de acordo com o determinado na lei e na cláusula 15 da MINUTA DE CONTRATO.

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Os esclarecimentos para o completo entendimento deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, respeitada a legislação pertinente, facultando-se aos PROPONENTES formular consultas, por escrito, à referida comissão, aos cuidados do Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO / Concorrência nº 397/2010, até 5 (cinco) dias úteis antes da data de entrega dos envelopes, devendo ser protocolizadas, no horário de 08h00min às 18h00min, no seguinte endereço: Setor de Protocolo da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, 1º andar do Prédio Minas - Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG ou remetida por meio do endereço eletrônico verificadorindependente@defesasocial.mg.gov.br.

21.2 Os esclarecimentos serão prestados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO por escrito, mediante correspondência enviada ou por fax e/ou e-mail aos interessados.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

EDITAL DE LICITAÇÃO

- 21.3 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO dará ciência aos PROPONENTES das decisões pertinentes a esta LICITAÇÃO através de publicação no Diário Oficial do Estado, conforme indicado no preâmbulo deste EDITAL.
- 21.4 A indicação da metodologia de desenvolvimento dos serviços são meramente indicativos, sendo lícito aos PROPONENTES apresentarem metodologias distintas na elaboração de suas PROPOSTAS, desde que respeitadas as definições e prazos descritos no ANEXO I a este EDITAL – Termo de Referência.

Belo Horizonte, 02 de maio de 2011.

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL